

**COMO DISCUTIR SEXO/GÊNERO/SEXUALIDADE SEM
DISCUTIR SEXO, GÊNERO E SEXUALIDADE? Como a
separação entre essas dimensões da vida se tornaram
uma disputa ontoepistêmica no Instagram¹
HOW TO DISCUSS SEX/GENDER/SEXUALITY WITHOUT
DISCUSSING SEX, GENDER AND SEXUALITY? How the
separation between these dimensions of life became an
onto-epistemic dispute on Instagram.**

Juliana Soares Gonçalves²
Julianna Paz Japiassu Motter³

Resumo: Este artigo analisa as disputas de sentido em torno das noções de sexo, gênero e sexualidade a partir das recentes controvérsias sobre a separação da sigla LGBT em LGB x T e do surgimento de organizações antigênero. O estudo toma como foco principal as discussões que emergem a partir das textualidades nas plataformas de redes sociais digitais, com ênfase no Instagram, sem desconsiderar suas reverberações em outros meios de comunicação. Busca-se compreender como essas disputas ontoepistemológicas se configuram a partir do embate entre movimentos separatistas transexcludentes e movimentos feministas interseccionais e antiessencialistas, bem como iniciativas pró-direitos trans e de autodeterminação de gênero.

Palavras-Chave: Sexo. Gênero. Sexualidade. Trans*. Disputas.

Abstract: This article analyzes the disputes over the meaning of the notions of sex, gender and sexuality based on recent controversies about the separation of the acronym LGBT into LGB x T and the emergence of anti-gender organizations. The study primarily focuses on the discussions that emerge from the textualities on digital social media platforms, with an emphasis on Instagram, without disregarding their reverberations in other communication media. It seeks to understand how these onto-epistemological disputes are configured based on the clash between trans-exclusionary separatist movements and intersectional and anti-essentialist feminist movements, as well as pro-trans rights and gender self-determination initiatives.

Keywords: Sex. Gender. Sexuality. Trans*. Disputes.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Gêneros e Sexualidades. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Professora de Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas. Doutora em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), julianasoares.goncalves@gmail.com.

³ Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea na Universidade Federal da Bahia (UFBA), juliannamotter@gmail.com.

1. O separatismo LGB a partir da separação entre gênero e sexualidade como ponto de partida

O artigo tem como ponto de partida as recentes discussões em torno da separação da sigla LGBT em LGB x T — leia-se: LGB sem T ou LGB versus T —, e, invariavelmente, como o conceito de sexo vem sendo convocado para sustentar tal separação. Ou seja, nos debruçamos sobre as questões de sexo, gênero e sexualidade, com especial ênfase nas discussões que têm ocorrido na plataforma de rede social *Instagram*. O objetivo é tentar compreender de quais maneiras têm se configurado as disputas de sentidos em torno dessas noções na plataforma em questão, a partir das disputas entre movimentos separatistas transexcludentes e movimentos feministas interseccionais, antiessencialistas, pró-direitos trans e de autodeterminação de gênero.

Para acompanhar essas discussões, elegemos um acontecimento cuja relevância se dá pelas reações e repercussões no *Instagram*: a tentativa de participação da organização MATRIA na 5ª Conferência Nacional de Direitos das Mulheres, espaço participativo convocado pelo governo federal para debater, avaliar e propor diretrizes para o fortalecimento das políticas públicas voltadas aos direitos das mulheres no Brasil, realizada entre 29 de setembro e 1º de outubro de 2025, em Brasília. O evento reuniu representantes da sociedade civil e do poder público para atualizar a agenda nacional de igualdade de gênero e teve caráter estratégico, pois marcou a retomada da principal instância de participação social voltada à promoção da igualdade de gênero no Brasil, organizada pelo Ministério das Mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Escolhemos, portanto, publicações da Aliança LGB e da MATRIA, mas convocamos também respostas da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA (@antra.oficial) e entidades parceiras, a principal organização de direitos de mulheres trans e travestis do Brasil, e do influenciador Math Vidal Rosa (@mathvidalrosa), ativista transmasculino que debate direitos trans* a partir da repercussão midiática.

Conforme Bruno (2013), a complexificação dos sistemas sociotécnicos contemporâneos exige esforços conceituais e metodológicos que integrem todos os agentes. Nesse contexto, adotamos metodologicamente a característica de conversação das ambiências digitais (como *collabs* e o transbordamento de temas entre redes e plataformas). Isso estabelece um ecossistema platafôrmico e informacional, no qual uma notícia gera uma cadeia de repercussão (posts em *collab*, documentos, outras notícias, etc.). Assim, o foco é

percorrer fragmentos de uma conversação e de uma rede ampla, que não pode ser apreendida em sua totalidade.

Em *Quem tem medo do gênero?* (2024), Judith Butler analisa a difusão das políticas anti-gênero e suas consequências na violação dos direitos de mulheres e pessoas trans*, desde o aborto seguro até a hormonioterapia. É crucial entender a manifestação desses discursos anti-gênero e anti-trans nas diferentes esferas e, também, a partir e através das plataformas de redes sociais, onde a plataformização e a extração de dados ameaçam a segurança digital de comunidades gênero-diversas (Reia, Leach e Li, 2025).

As plataformas de redes sociais se tornaram um importante campo de disputa ideológico (Machado et. al, 2025), portanto, é parte de dever das pesquisas em Comunicação construir e fomentar uma política de enfrentamento e uma trincheira que se opõem a esse projeto de cruzada anti-gênero que se alastra por diferentes territórios do globo e de maneira específica no Brasil (Irineu et al., 2022).

No dossiê produzido e publicado pela ANTRA, intitulado “*Dossiê MATRIA: o lobby anti-trans disfarçado de defesa das mulheres e crianças*” (2025)⁴, a instituição chama atenção para uma característica recorrente da atuação de movimentos dessa natureza no Brasil: a presença de sobreposição de agentes entre diferentes instituições e coletivos. Segundo o documento, as mesmas pessoas frequentemente representam distintas organizações, ou compõem simultaneamente vários grupos que atuam na contestação de direitos e da cidadania da população trans*. Entre os exemplos citados no contexto brasileiro estão a própria MATRIA, o movimento LGB, a Frente Feminista pelas Mulheres e Crianças, o Coletivo Mulheres Feministas de Raiz de Santa Catarina e o Movimento Infância Plena. Essa interrelação é um dos motivos pelos quais decidimos utilizar os movimentos Aliança LGB e MATRIA como agentes relevantes para este trabalho.

O relatório aponta ainda para uma hipótese relevante: mais do que um simples alinhamento político entre organizações autônomas, haveria indícios de instrumentalização de estruturas institucionais e perfis em redes sociais. Nesse arranjo, os mesmos agentes atuariam na construção de uma imagem ampliada de legitimidade e articulação coletiva, quando, na prática, esses diferentes grupos derivam de um núcleo central conduzido por lideranças compartilhadas, como no caso das diretoras da MATRIA, Mariele Gomes, Ingrid Peixoto e Celina Lazzari, que aparecem como representantes de diferentes grupos acima citados e

⁴ Disponível em <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/10/dossie-MATRIA-final.pdf>

protagonizam alguns dos conteúdos, especialmente *reels* postados nesses perfis.

Um argumento central nessa disputa refere-se justamente à retomada de uma perspectiva anátomo-biologizante da noção de sexo, mobilizada por tais grupos como uma forma de materialidade originária tida como inquestionável, em detrimento das identidades de gênero, que passam a ser retratadas como construções fantasiosas e voluntaristas. Do outro lado, observam-se as ações incansáveis de movimentos como a ANTRA e de influenciadores como Math Vidal Rosa. Assim, considerando os debates decorrentes da guinada conservadora, questionamos de que forma se configuram as disputas de sentido em torno das noções de sexo, gênero e sexualidade nas redes sociais digitais, com ênfase no *Instagram*, compreendendo que passam a tratar de disputas em torno da dimensão ontológica desses conceitos, mas também epistêmicas, porque revelam formas de enxergar e categorizar o mundo também a partir deles.

Para que seja possível executar a reflexão aqui proposta, realizaremos o seguinte percurso: 1. apresentação do caminho metodológico; 2. dos agentes envolvidos na disputa; 3. discussão teórica sobre os conceitos de sexo, gênero e sexualidade; 4. análise das publicações; 5. reflexão sobre o trabalho realizado.

2. Percursos metodológicos

Escolhemos o *Instagram* por considerar essa plataforma de rede social um dispositivo importante para o mapeamento de disputas de sentidos (Bentes, 2018). O *Instagram* mantém a liderança isolada entre as redes sociais mais acessadas no Brasil, estando presente em 91% dos dispositivos no país, segundo a pesquisa Panorama Mobile Time/Opinion Box⁵ de 2025. De acordo com o relatório publicado da Datareportal Digital 2025⁶, a rede social tinha 141 milhões de usuários brasileiros cadastrados no início de 2025, posicionando o país como o terceiro maior mercado mundial. Isso representa 79,5% da população elegível de brasileiros para usar a plataforma – pessoas acima dos 13 anos. Informações divulgadas em setembro de 2025 pela *Meta Platforms* apontam aproximadamente 3 bilhões de pessoas usuárias ativas por mês em escala global⁷.

Esse alcance expressivo sinaliza a elevada capacidade de mobilização proporcionada

⁵ <https://www.mobiletime.com.br/noticias/30/04/2025/instagram-tiktok/>

⁶ <https://datareportal.com/reports/digital-2025-brazil?rq=brazil>

⁷ Disponível em

<https://convergenciadigital.com.br/mercado/instagram-chega-a-3-bilhoes-de-usuarios-ativos-mensais/>

por essa plataforma de rede social, cujo modelo de negócios depende, em grande medida, da manutenção do engajamento contínuo, frequentemente estimulado por dinâmicas de polarização, circulação de discursos de ódio e outros mecanismos que incentivam a permanência das pessoas conectadas.

Ziller e Barretos (2020) definem o Instagram como uma plataforma estruturada por algoritmos que regulam a filtragem e circulação de conteúdos. Para as autoras, analisá-lo sob a ótica dos estudos de plataformas implica reconhecer sua dimensão política, atrelada a interesses corporativos (Meta). Nessa abordagem, plataformas não são ambientes neutros, mas infraestruturas com normas e diretrizes previamente incorporadas à sua arquitetura (Van Dijck; Poell; De Waal, 2018).

Nosso objetivo central é analisar as disputas de sentido sobre sexo, gênero e sexualidade no Instagram, focando nos embates entre movimentos transexcludentes (Aliança LGB e MATRIA) e narrativas transfeministas (ANTRA e @mathvidalrosa). Tais embates incidem nas dimensões ontológica e epistêmica desses conceitos, expressando diferentes modos de interpretar e categorizar o mundo. Para isso, convocamos o conceito de textualidades (Abril, 2007; 2012).

A adoção do conceito de textualidades como lente metodológica exige, inicialmente, deslocar a compreensão de texto para além de sua associação tradicional ao domínio literário. Nesse sentido, Abril (2007) destaca a importância de não restringir o texto à sua dimensão originária, lembrando que seu sentido etimológico remete às ideias de tessitura e tecido, o que permite concebê-lo como uma trama constituída por qualidades visuais e semióticas. Ao dessubstancializar o texto, isto é, ao afastá-lo da ideia de entidade fixa, torna-se possível reconhecer que ele também se constitui no ato da leitura: sua tessitura é prolongada por quem o interpreta. Dessa forma, não se pode acessar diretamente um núcleo estável de significação, pois o processo de produção de sentido se consolida na experiência de interlocução, atravessada por possibilidades de coerência e temporalidade (Abril, 2012, p. 16). A objetividade textual, assim, não é prévia, mas emerge no processo interpretativo e nas condições socioculturais de quem apreende o texto.

A partir dessa perspectiva, o texto não deve ser compreendido apenas como um tecido interno composto por qualidades e acontecimentos semióticos, mas como um momento parcial de uma trama mais ampla, reconhecível em suas dimensões temporais, espaciais e culturais. Em outras palavras, todo texto pressupõe redes textuais nas quais se conecta a

outros textos por múltiplas relações, individuais ou coletivas. Sua vitalidade inscreve-se no que Abril (2012) denomina “intertextualidade generalizada”, cuja dinâmica se situa na *práxis* sociodiscursiva. Ao integrar os textos ao campo da cultura visual, o autor compreende a visualidade não como mera visão, mas como visão socializada, uma relação mediada por redes discursivas, interesses, desejos e relações sociais que articulam o sujeito ao mundo. Nessa chave, o significado atribuído aos textos está condicionado por repertórios de conhecimento e crenças, uma vez que nenhuma mente se apresenta desprovida de referências diante deles.

É nesse horizonte que se aciona o termo textualidades, entendido como ferramenta analítica capaz de enfatizar o caráter processual do texto. Conforme assinala Abril (2007), a noção desloca qualquer substantivação do sentido textual, concebendo-o como qualidade aberta e fluida, permeada por múltiplas possibilidades de significação. Para Leal (2017), as textualidades correspondem a processos comunicativos e pragmáticos que desestabilizam fronteiras semânticas e temporais supostamente definidoras do texto. Assim, a textualidade “emerge em seu desenrolar, na multimodalidade e multidimensionalidade desse processo” (Leal, 2017, p. 29). Sob essa perspectiva, o texto deixa de ser tomado como dado estável e passa a ser entendido como emergência situada historicamente, constituída como prática comunicativa sociodiscursiva.

Compreender os textos como processos implica reconhecê-los como emaranhados provisórios de elementos heterogêneos em articulação contínua. Eles emergem sempre em relação com outros textos, por meio de diálogos, silenciamentos, intertextualidades, imprecisões, fraturas e referências, sendo atravessados por condicionantes socioculturais. Não há, portanto, textos puros, objetivos ou acabados. Abril (2007) observa, nesse sentido, que os textos não são apenas objetos culturais mediados, mas dispositivos que mediam outros processos culturais, o que permite afirmar que nem todo comportamento ou prática cultural constitui um texto — ainda que, como sugeriu Bakhtin, todo comportamento possa ser interpretado como texto potencial (Abril, 2007).

Considerando esse caráter dinâmico e processual, e sua vinculação intrínseca às dimensões socioculturais, este trabalho mobiliza o conceito de textualidades como operador metodológico para analisar disputas de sentido sobre sexo, gênero e sexualidade nas postagens do *Instagram* elencadas. Tal escolha permite tratar essas materialidades não como objetos fechados, mas como emergências interpretáveis em redes discursivas mais amplas.

Nesse enquadramento, sexo, gênero e sexualidade são articulados, materializados em corpos, valores, comportamentos e experiências, e podem ser compreendidas como manifestações de textos potenciais, suscetíveis de leitura, interpretação e reconhecimento enquanto tais.

Para tanto, selecionamos postagens da Aliança LGB e da MATRIA realizadas entre junho e outubro, período em que a 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres passa a ser palco de disputa e que as repercussões mobilizam publicações desses agentes. E, também, dois posts realizados pela ANTRA, parceiros e pelo influenciador transmasculino Math Vidal. Tal inclusão se justifica pois nos parece importante perceber também como a rede social pode ser usada como estratégia de disputa e resistência por agentes que atuam pelos direitos e pautas da população trans*.

3. Instituições e disputas políticas em torno dos direitos trans*

No Brasil, a disputa entre movimentos transfeministas e transexcludentes envolve diversos agentes. Destaca-se a ANTRA, organização da sociedade civil fundada em 2000 (com origem nos anos 90) para representar e promover os direitos de pessoas travestis e transexuais no país. Posicionando-se como transfeminista e interseccional, a ANTRA conecta coletivos para combater a discriminação e a exclusão social, articulando estratégias de luta política e social pela plena cidadania dessas populações.

Uma das principais contribuições da ANTRA é o anual "Dossiê: Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras", iniciado em 2017. O relatório sistematiza dados de violência e homicídios contra pessoas trans*, evidenciando o Brasil como o país que mais as mata no mundo há mais de uma década. Os dossiês são cruciais para a produção de conhecimento crítico e político, visibilizando a transfobia e criticando omissões estatais. Essa produção de dados serve como pressão política, subsidiando debates governamentais, políticas públicas e a luta por maior proteção. Além disso, a ANTRA realiza *advocacy* e atua juntamente com órgãos públicos, como os Ministérios das Mulheres e dos Direitos Humanos, para promover segurança e direitos.

Em seu perfil do *Instagram*, a ANTRA se apresenta como uma rede de organização política de pessoas trans*. Considerando a recorrência de violências físicas e simbólicas que atingem cotidianamente esses corpos, é significativo que a entidade explicita em sua *bio* que os comentários estão restritos a seguidores e que o perfil é TERF FREE, expressão utilizada

para indicar espaços, comunidades ou ambientes que não toleram práticas e discursos transexcludentes e transfóbicos. O *Linktree* disponibilizado direciona para campanhas em andamento, como a campanha Docentes pelas Cotas Trans, para pesquisas em curso, para o link de filiação, para o site institucional, para a pesquisa anual sobre violência e assassinatos de pessoas trans* e para cartilhas e manuais elaborados pela associação. O perfil tinha 171 mil seguidores no momento da análise.

Math Vidal Rosa, é um influenciador e ativista transmasculino que produz conteúdos para as redes sociais desde 2019, acumulando cerca de 50 mil seguidores em seus perfis do *Instagram*, *TikTok*, *YouTube* e *Facebook*. Seus conteúdos, publicados majoritariamente no formato de *reels*, tratam de discussões em torno dos direitos de pessoas trans* e se baseiam especialmente em notícias e comentários a partir de veículos jornalísticos e redes sociais.

É preocupante o crescimento de organizações transexcludentes transnacionais, com destaque para a MATRIA. Criado em 2023, o coletivo se define como suprapartidário e atua no debate público com críticas à ampliação de direitos baseados na autodeterminação de gênero. Diferentemente da ANTRA, focada na cidadania e direitos humanos de pessoas trans*, a MATRIA questiona políticas públicas de reconhecimento da identidade de gênero, como retificação de registro civil, dados por autodeclaração e inclusão de mulheres trans em espaços destinados a mulheres.

A atuação da MATRIA ocorre sobretudo por meio da produção e circulação de documentos, manifestos e posicionamentos públicos que contestam marcos jurídicos e administrativos conquistados pelo movimento trans* no Brasil, como decisões do Supremo Tribunal Federal que asseguram a alteração de nome e gênero em registros civis independentemente de cirurgia ou laudo médico. A organização argumenta a partir de uma concepção de sexo biológico como categoria jurídica central, o que a coloca em tensão direta com os princípios de autodeterminação de gênero e com normativas nacionais e internacionais de direitos humanos que reconhecem a identidade de gênero como dimensão fundamental da dignidade humana.

Sua presença no espaço público evidencia que a disputa em torno das políticas de gênero no Brasil não se dá apenas entre Estado e movimentos sociais, mas também no interior da sociedade civil organizada. Assim, a compreensão do papel da MATRIA no contexto brasileiro contribui para analisar as controvérsias contemporâneas sobre identidade de gênero, produção de dados, formulação de políticas públicas e os limites e alcances da

proteção aos direitos humanos de pessoas trans*.

A MATRIA mantém um perfil no *Instagram*⁸ desde junho de 2023. No momento da redação deste trabalho, contabilizava 47,7 mil seguidores e se apresentava como uma associação de mulheres, sem fins lucrativos, atuante no Brasil e no exterior, dedicada à defesa de mulheres e crianças frente aos impactos da chamada “identidade de gênero”. O perfil disponibiliza ainda um *Linktree* que reúne uma lista extensa de recursos, incluindo links para compra de camisetas, modelos de adesivos para impressão, manifestos, canais no WhatsApp, canais de denúncia, site institucional e perfis em outras plataformas. Dentre elas estão o YouTube, com cerca de mil inscritos; o X, com pouco mais de 4.300 seguidores; o TikTok, com 1.358 seguidores; e o *Spotify*, plataforma de *streaming* de áudio onde criou um canal em 2025, mas publicou apenas três conteúdos até o momento, dois em abril e um em junho do mesmo ano. Esses dados evidenciam que o *Instagram* constitui a principal plataforma utilizada pela organização para dar visibilidade às suas pautas e articular suas ações.

Na mesma direção, não por acaso, em 2025 surge no Brasil a Aliança LGB, mobilização internacional de base cisgênera, originada no Reino Unido a partir da articulação da *LGB Alliance*. Essa iniciativa defende a dissociação do movimento trans em relação ao movimento de gays, lésbicas e bissexuais, sob o argumento de que as pautas ligadas às identidades de gênero configurariam uma agenda ideológica que apagaria as experiências homossexuais, colocaria crianças em risco e representaria um lobby político e financeiro. No cenário político mais amplo, a Aliança LGB se vincula a atores do campo ultraconservador e a setores neoliberais que sustentam posições antigênero.

No contexto dessas disputas, a Aliança LGB tem sua atuação marcada pela oposição a direitos e políticas de cidadania voltadas à população trans*. Observa-se, nesse sentido, que são escassas as iniciativas concretas voltadas à promoção de pautas ou garantias de direitos para gays, lésbicas e bissexuais, de modo que essa reivindicação de representação tende a operar sobretudo como recurso retórico de legitimação para ações de caráter transfóbico.

Essa dinâmica torna-se ainda mais significativa quando considerada em relação à atuação da MATRIA. Não parece fortuito que a direção da Aliança LGB seja composta por duas mulheres lésbicas vinculadas à organização em questão, Mariele Gomes e Karen Mizuno, o que evidencia uma articulação que extrapola a mera coincidência institucional. Tal configuração sugere a existência de estratégias coordenadas, tanto em nível discursivo quanto

⁸ Disponível em <https://www.instagram.com/MATRIA.official/>

organizacional, voltadas à sustentação de uma ofensiva anti-trans mais ampla.

Nesse cenário, a multiplicação de entidades com agendas convergentes contribui para produzir um efeito de pluralidade institucional e de volume político, sugerindo a presença de diferentes atores independentes mobilizados pela mesma causa. Entretanto, a sobreposição de lideranças e quadros dirigentes indica que, na prática, diversas iniciativas são conduzidas por um núcleo restrito de agentes, configurando uma estratégia de amplificação simbólica de legitimidade e de alcance público. Essa articulação, por sua vez, inscreve-se em um circuito de circulação internacional de discursos e repertórios políticos que informam e sustentam a contestação organizada aos direitos das pessoas trans.

Embora tenha se tornado publicamente conhecida no Brasil a partir da divulgação de seu manifesto, em 2025, a conta da Aliança LGB⁹ no Instagram foi criada ainda em 2021. No momento de conclusão deste artigo, o perfil contabilizava 8.645 seguidores e se apresentava, em sua bio, como uma organização dedicada à promoção dos direitos à orientação sexual de lésbicas, gays e bissexuais reconhecidos pelo sexo.

Considerando que a bio constitui um espaço estratégico de apresentação, por ser a primeira informação acessada por qualquer pessoa usuária ao visitar o perfil e por se limitar a 150 caracteres, chama atenção que entre os elementos priorizados esteja a autodefinição do movimento como suprapartidário, sinalizando a intenção de não se vincular explicitamente a nenhum espectro político. Os links disponibilizados na descrição do perfil direcionam para a conta do movimento na rede social X, que conta com 1.453 seguidores, para um documento hospedado no Google Drive com perguntas e respostas frequentes e para um formulário de inscrição na 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

4. Revisitando os conceitos de sexo/gênero/sexualidade

No *Dicionário Jurídico do Gênero e da Sexualidade*, produzido pelo Diverso – Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal de Minas Gerais, Pedra e Jorge (2022) definem sexo biológico como uma categorização que classifica sujeitos a partir de características orgânicas: cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos, características sexuais secundárias e genitais (apud Jesus, 2012). Trata-se, portanto, de uma normativa que enquadra corpos segundo padrões fixos pré-estabelecidos

⁹ Disponível em <https://www.instagram.com/aliancalgb/>

antes mesmo do nascimento, tendo a genitália como marcador privilegiado por sua visibilidade imediata.

No entanto, como argumenta Preciado (2022), a diferença sexual deve ser compreendida menos como dado ontológico e mais como questão epistemológica. Epistemologia, para o autor, é o fechamento de um sistema cognitivo que não apenas responde a perguntas, mas define previamente quais perguntas podem ser formuladas a partir de uma interpretação anterior dos dados sensoriais (Preciado, 2022, p. 51). Assim, ao operar com o binário macho/fêmea, não se descreve simplesmente uma realidade empírica, mas institui-se uma epistemologia do ser vivo: uma cartografia anatômica, uma economia política do corpo e uma gestão coletiva das energias reprodutivas. Forjada no contexto da expansão mercantil e colonial europeia e consolidada no século XIX, essa epistemologia articula-se à taxonomia racial e funciona como máquina performativa de legitimação de uma ordem política específica: o patriarcado heterocolonial (Preciado, 2022, p. 50).

Enquanto sistema histórico de representações, essa epistemologia organiza discursos, instituições e convenções que definem o que é considerado verdadeiro em determinada sociedade. Como paradigma, estabelece o regime do visível e do invisível, produzindo efeitos ontológicos e políticos: delimita o que existe socialmente e hierarquiza seus elementos. A metáfora de Preciado (2022) é elucidativa: o paradigma funciona como pista de aeroporto que permite a “aterriagem” de certos fatos e impede outros — um hidroavião não aterrissa no aeroporto de Orly. Do mesmo modo, apenas determinados corpos e narrativas tornam-se inteligíveis sob a epistemologia binária.

Após a Segunda Guerra Mundial, essa epistemologia entra em crise. A politização de corpos considerados abjetos, as lutas pela soberania reprodutiva e o desenvolvimento de tecnologias biomédicas, como o mapeamento cromossômico, a endocrinologia, o diagnóstico pré-natal, produziram situações inéditas a partir dos anos 1940. O discurso médico passou a enfrentar dificuldades crescentes diante de corpos que não se enquadravam no binário. Bebês intersexo foram patologizados e submetidos a intervenções “corretivas” violentas para adequação a um dos dois sexos possíveis. Esse quadro dialoga com Pedra e Jorge (2022), que demonstram como a aparente simplicidade da análise fenotípica, base do dimorfismo, revela sua fragilidade classificatória. A existência de pessoas intersexo evidencia que o sexo não constitui dualidade simples, mas “contínuo complexo de características sexuais” (Jesus, 2012, p. 24).

Nesse sentido, como argumenta Butler (2020), não se pode considerar o sexo como uma superfície corpórea natural, sobre a qual o tecido social constrói o gênero como gramática de diferenças entre o feminino e o masculino. A autora afirma que o sexo resulta das construções de gênero:

Mas esse sexo postulado como anterior à construção (de gênero) se converterá - em virtude de ter sido postulado - no efeito dessa mesma postulação, a construção de sua construção. Se o gênero é a construção social do sexo e se não há acesso a esse "sexo", exceto por meio de sua construção, então parece que além do sexo ser absorvido pelo gênero, o "sexo" se torna algo como uma ficção, talvez uma fantasia, retroativamente instalada em um local pré-linguístico para onde não existe acesso direto. (Butler, 2020, p.22).

Por óbvio, pensar no sexo como ficção não implica em assumi-lo como o par oposto do real, mas sim apontar para a noção de sexo como uma premissa artificial, de maneira que não seja possível tomá-lo como pressuposto pré-discursivo de atuação do gênero. Isso não significa negar a materialidade dos corpos, mas sim assumir que não se pode acessá-la, categorizá-la e significá-la apartada dos constrangimentos dos dispositivos da linguagem e da cultura.

Assim, quando movimentos como a MATRIA e a Aliança LGB reivindicam uma definição de sexo assentada na “materialidade biológica”, desconsideram que a própria materialidade é inteligível apenas dentro de uma epistemologia específica. A letra “I” da sigla LGBTQIA+, lembram Pedra e Jorge (2022), talvez seja a que mais diretamente remete à materialidade corporal, justamente por evidenciar os limites do binarismo. Como destacam Matos e Santos (2018), o corpo intersexual é aquele que não se deixa apreender pelas categorias feminino/masculino. Desse modo, se tais movimentos alegam ausência de materialidade no gênero, é no próprio corpo (no sexo tomado como binário) que emerge a prova de sua insuficiência: longe de constituir dualidade estável, o sexo revela-se miríade de variações que escapam às lentes dimórficas.

É problemático abordar sexualidades e identidades de gênero como frentes de luta separadas, pois isso remete à biologização do sexo como definidor de parâmetros de sexualidade. Se as categorias compartimentadas como gays, lésbicas e bissexuais dependem de concepções de gênero essencializadas, as corporeidades e identidades trans* expõem a provisoriade das sexualidades. Sem a essencialização do binário cis-hetero (homem/mulher), as categorias gays, lésbicas e bissexuais também se tornam provisórias,



podendo ganhar sentido na dimensão de identidade de gênero, ou como modos totais de vida"(Motter, 2025).

Ainda, as identidades sexuais — ou sexualidades — só fazem sentido quando partem de um referencial de gênero, mas esse gênero é sempre negociável quando diante de uma matriz heteronormativa de compreensão de quem podem vir a ser os homens e as mulheres, conforme discute Monique Wittig (2006). O termo “cisheteronormatividade” se refere ao complexo jogo de poder que impõe aos corpos não apenas a heterossexualidade compulsória (Rich, 2012), mas também o cissexismo ou a cisnormatividade enquanto padrões de gênero e performance a serem cumpridos. O conceito de cisheteronormatividade é baseado na análise de Eli Rosa (2020) que a compreende como instituição total, ou seja, como todo um aparato infraestrutural que tem como objetivo construir e fomentar subjetividades a partir da cisgeneridade.

Rosa (2020) vai além de uma discussão propiciada, por exemplo, por Wittig (2022), o continuum gênero-sexualidade, ou sua inseparabilidade, está contido na própria noção da heterossexualidade, porque a própria heterossexualidade pressupõe a lógica do dimorfismo sexual/biológico e uma construção da noção da sexualidade a partir da dimensão anátomo-biológica. Dentro dessa lógica, o autor afirma que a “construção da identidade de gênero é socialmente realizada na tentativa de unificar identidade de gênero e sexual, mas que tais construções são distintas e representam opressões diferentes contra o indivíduo” (Rosa, 2020, p.71).

A maneira como sujeitos experienciam suas identidades sexuais e de gênero traz diferentes questões, mas o que nos interessa é pensar, sobretudo, é como essas noções são construídas conjuntamente, em uma dimensão de quase dependência conceitual, e como mais atualmente uma delas têm sido ferrenhamente defendida enquanto uma pauta genuína e a outra articulada ainda em um campo patologizante, questionador e de invalidação. Isso em um contexto em que “a heteronorma não existiria se não fosse a cisheteronorma” (Rosa, 2020, p.72). Butler (2000, 2015) já destacava a construção sociocultural do sexo: enunciar um sexo a partir da anatomia ou código genético implica atribuir àquele corpo um inventário de sentidos e imaginários sobre o que ele deve ser em termos de gênero e, consequentemente, de sexualidade.

A identidade de gênero,é por nós compreendida como uma interpretação, uma forma de ler os corpos que é estruturada a partir de uma cultura visual biologizante (Oyěwùmí,

2021) e que instaura uma forma social de interpretar e separar os sexos. As identidades de gênero dizem respeito à identificação que sujeitos têm com determinado gênero — ou não. Pessoas que não correspondem à construção sexo-gênero — leia-se: genitália e, portanto, gênero — são as pessoas que estão dentro dessas transidentidades* ou fora da cisgeneridade, sujeitos não-cis e, assim, entendemos como cisgênero “aquela cuja identidade de gênero coincide com o gênero determinado no momento do seu nascimento” (Rosa, 2020, p.65)

Essa mesma racionalidade pode ser identificada na sustentação da cisnormatividade e em sua incidência sobre corpos trans*, especialmente quando se observa que a própria noção de passabilidade¹⁰ está ancorada na gramática corpórea cis. Ainda que se trate de sujeitos que se desidentificam das categorias de gênero atribuídas no nascimento, é frequentemente a gramática binária da masculinidade e da feminilidade que continua a orientar a produção de muitas corporeidades trans*. Nesse processo, a cisnormatividade insiste em interditar a criação de categorias próprias pelas identidades trans*, operando sobre esses sujeitos tanto no plano físico quanto no mental, ao estabelecer parâmetros de reconhecimento, legitimidade e adequação.

4. Separando gênero e sexualidade: uma receita instagramável

Assumimos o perfil da Aliança LGB como ponto de partida para a reflexão proposta. Ao observar a página (figura 1), no período compreendido entre 18 de junho de 2025 e 9 de outubro de 2025, data final da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (5ª CNPM), foram publicadas 13 postagens no *feed*, das quais seis trataram diretamente do evento.

¹⁰ Passabilidade é o grau em que uma pessoa, especialmente uma pessoa trans, é percebida socialmente como pertencente ao gênero (geralmente binário) com o qual se identifica.



FIGURA 1 – Print da página @aliancaglb
FONTE - AUTORAS, 2026.

A primeira consistiu em um convite às mulheres do coletivo para participação na Conferência Livre Temática preparatória à 5ª CNPM; a segunda informou sobre a presença de duas representantes da Aliança LGB na 5ª CNPM; as quatro publicações seguintes repercutiram o enfrentamento ocorrido entre representantes da Aliança LGB e da Matria e mulheres trans e travestis que manifestaram repúdio às falas consideradas transfóbicas por elas proferidas.

Essas quatro postagens foram realizadas em formato *collab* com a Matria e com outros agentes, entre eles o influenciador Sávio di Maio, que possui 167 mil seguidores em seu perfil e já havia declarado apoio à criação da Aliança LGB e à exclusão das transidentidades. É curioso como o discurso da Aliança LGB nesse contexto se dá de forma indissociável à Matria. Uma das postagens que chama atenção consiste em um *reels* publicado no dia 09 de outubro em que Mariele Gomes (dirigente da organização e também

da Mátria) repercute o mencionado embate que vivenciou com manifestantes trans e travestis durante a 5ª CNPM (FIG.2). O caráter transfóbico dos sentidos propostos se dá de forma desvelada.

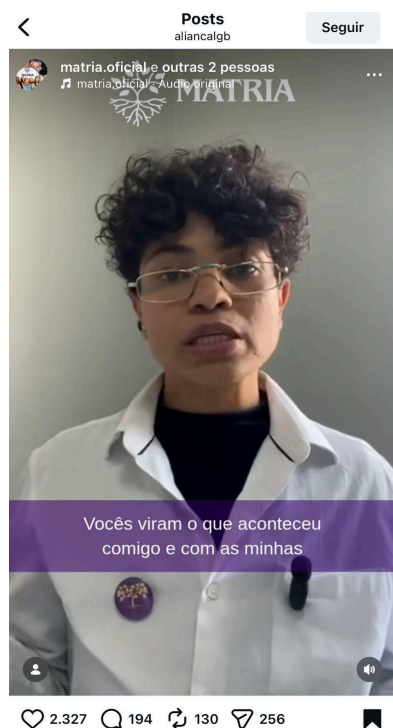


FIGURA 2 – Print da página @aliancalgb
FONTE - AUTORAS, 2026.

Em tom de denúncia, Gomes relata um suposto episódio de perseguição que ela e suas companheiras teriam sofrido durante o evento, mobilizando uma narrativa que enquadra mulheres trans e travestis como agressoras e as integrantes da Mátria como vítimas silenciadas. Entre as falas destacadas, afirma: “Vozes femininas reais abafadas por pautas prontas, guiadas por interesses masculinos travestidos de causas femininas. Uma reação típica desses grupos: imposição pela força, marcação de território e tentativa de silenciamento” (GOMES, 2025). Em seguida, reforça o enquadramento do episódio como intimidação de homens contra mulheres, deslocando a condição de vítima para si e suas pares, enquanto atribui às mulheres trans e travestis o lugar de homens violentos indevidamente protegidos por políticas públicas. O discurso se intensifica na afirmação de que

O que os assusta é a verdade que escancaramos, que desconcerta quem vive de slogans e repetições e confirma onde está o ódio de verdade. Hoje, para ser uma

mulher digna de proteção e direitos, é preciso ter próstata. Essa distorção grotesca permite que homens violentos se abriguem sobre um sistema de proteção das mulheres usando as políticas públicas como escudo para nos atacar. (GOMES, 2025)

O vocabulário empregado, com expressões como “travestidos”, “mulheres com próstata” e “vozes femininas reais”, explicita o grau de violência simbólica mobilizado e revela a sofisticação retórica de um discurso que busca simultaneamente deslegitimar identidades trans e reivindicar exclusividade sobre a categoria “mulheres”.

Mais uma vez, torna-se evidente que o cerne da disputa reside na tentativa de fixar a categoria mulheres como derivada exclusivamente do que defendem, de maneira reducionista, como materialidade do sexo. Se a discussão aqui proposta se ancora em perspectivas ontológicas e epistemológicas, parece estratégico indagar se a reivindicação de direitos e cidadania deve permanecer vinculada às categorias produzidas pela própria epistemologia da diferença sexual. Não se trata de desqualificar as conquistas políticas e materiais alcançadas por pessoas trans*, mas de tensionar, no plano da produção do conhecimento, os limites da categoria em si. Diante disso, cabe perguntar se não seria mais potente promover um deslocamento epistemológico que permita a formulação de outras categorias, menos capturadas pelo binarismo que historicamente sustentou exclusões e hierarquias.

Já a análise do perfil da Mátia no Instagram, no período de 4 de julho a 9 de outubro de 2025, evidencia um investimento sistemático na 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres como eixo de mobilização discursiva. Das doze postagens realizadas com essa temática, observa-se uma organização que alterna relatos pessoais, enquadramentos midiáticos, denúncias de suposta exclusão institucional e produção de agendas paralelas. Entre os conteúdos publicados estão o vídeo por nós analisado de Mariele Gomes relatando a experiência vivida no evento e qualificando o tratamento recebido como violência; a repercussão de matéria do *Jornal do Oeste* sobre a manifestação de mulheres trans e travestis contrárias à presença da organização; o debate entre dirigentes acerca da negativa de participação da Mátia e das manifestações ocorridas; a crítica ao *hall* de homenagens da Conferência, destacando que, entre 60 homenageadas, 12 seriam “homens” (em referência às mulheres trans e travestis) e apenas três lésbicas, alegando um suposto apagamento dessas em benefício das mulheres trans e travestis; a publicação de um vídeo com *frames* da manifestação de mulheres trans e travestis; além de postagem informando que a Mátia ficou

fora da Conferência por decisão da organização. Somam-se a esses conteúdos a *live* “Fala Mátia”, dedicada às propostas oriundas da Conferência Livre organizada pelo grupo, bem como convites e divulgação da programação dessa Conferência Livre Temática, concebida para sistematizar pautas e definir representantes alinhadas à sua agenda.

Diferentemente do que ocorre no perfil da Aliança LGB, que realiza postagens em formato *collab* com a identidade visual da Mátia, o movimento inverso não se verifica. Essa assimetria sugere o caráter instrumental da Aliança LGB na estratégia comunicacional da Mátia, funcionando como vetor de ampliação do alcance das pautas anti-trans para públicos que extrapolam o segmento de mulheres lésbicas e bissexuais, alcançando também gays e homens bissexuais. Tal articulação produz ainda um efeito de legitimidade e de volume de adesão, ao simular convergência entre diferentes movimentos e campos de atuação em torno de uma pauta comum, operando como mecanismo de infiltração em espaços institucionais e políticos nos quais práticas e discursos trans-excludentes já encontram maiores barreiras.

É possível identificar, a partir das postagens no *Instagram*, uma espécie de arquivo do processo que revela a pretensão da Mátia em relação à 5ª CNPM. No post publicado em 4 de junho de 2025, no qual é apresentada a programação da Conferência Livre Temática organizada pelo grupo com o objetivo de definir as pautas a serem levadas ao encontro, já se delineia com nitidez sua agenda prioritária (FIG. 3). As atividades anunciadas incluíram a palestra “A centralidade da realidade material do sexo na formulação de políticas de enfrentamento à violência masculina contra mulheres”, ministrada por Luana Siqueira, professora da Escola de Serviço Social da UFRJ; “A relevância da preservação de espaços separados por sexo: implicações para a dignidade e segurança das mulheres e impactos nas políticas de proteção”, conduzida por Tatiana Dornelas, procuradora da República e autora dos livros *PrisioneirXs – transmulheres nos presídios femininos* e *X do problema*; e a atividade “A importância da manutenção do quesito ‘sexo’ nas pesquisas estatísticas: fundamentos técnicos e impactos nas políticas públicas, planejamento, monitoramento e avaliação”, realizada pela diretoria da própria Mátia. A leitura da programação evidencia que, embora a organização se apresente como atuante em defesa de mulheres, mães e crianças, não são formuladas propostas voltadas às condições materiais dessas vivências, concentrando-se exclusivamente em pautas de caráter transfóbico. Conforme observado no vídeo publicado em *collab* com a Aliança LGB, confirma-se que a disputa central que se

coloca é pela definição da categoria “mulheres” como derivada exclusivamente do sexo biológico.



FIGURA 3 – Print da página @matria.official
FONTE - AUTORAS, 2026.

Em outra postagem, na qual as associadas Yasmin Barcellos, dirigente da entidade, e Aleta Valente dialogam sobre a 5ª CNPM, se faz possível acompanhar o desenrolar do processo. Segundo dados divulgados pelo próprio perfil, a MÁTRIA realizou, em 5 de julho de 2025, a conferência temática virtual com 120 mulheres e definiu como pautas para o evento pleiteado a centralidade do sexo como marcador social, os efeitos do chamado apagamento do sexo e a presença de “homens”, termo utilizado por elas para se referir a mulheres trans e travestis, em presídios femininos.

Com a recusa, por parte da organização da 5ª CNPM, da conferência proposta pela MÁTRIA, a entidade ficou impossibilitada de encaminhar formalmente suas pautas para deliberação coletiva e de convertê-las em propostas de políticas públicas, além de perder o financiamento público das passagens para suas representantes. Após essa negativa, Mariele Gomes e Ingrid Peixoto (também associada da entidade) teriam anunciado no *Instagram* que levariam as pautas da instituição participando do evento em nome de outras organizações, a Aliança LGB e o coletivo Raízes Feministas do Brasil. Tornada pública essa estratégia, as passagens de ambas foram igualmente canceladas, embora a participação no evento não tenha sido formalmente vedada.

Esse percurso evidencia alguns aspectos relevantes. Em primeiro lugar, reafirma a centralidade do Instagram na dinâmica de conversação ampliada e na articulação de resistências às investidas anti-trans. Em articulação com o site institucional e outros perfis em redes sociais, a plataforma opera simultaneamente como arquivo e como instância de enunciação institucional, tornando visível o posicionamento axiológico do movimento e de suas dirigentes. Segundo relato das próprias integrantes, foi a partir de uma postagem no *Instagram*, hoje indisponível, que o Ministério das Mulheres teria tomado conhecimento da tentativa de participação por meio de outras entidades, o que resultou no cancelamento das passagens. Além disso, a análise das publicações em formato *collab* permite identificar estratégias de instrumentalização, ampliação de alcance e produção de efeitos de legitimidade que ultrapassam o ambiente digital e se projetam nas disputas políticas concretas.

Pelo acompanhamento das publicações, é possível indagar se o surgimento do movimento LGB no Brasil não surge como estratégia da organização para participar da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e como a possibilidade de incidir na 4ª

Conferência Nacional LGBTQIA+. Na outra ponta do embate, observa-se o argumento central do vídeo¹¹, postado em *collab*, pelas organizações Atração Bahia (@atracao_ba), Planeta Foda (@planetafoda), ABGLT (@abglto.official), IBRAT (@ibratnacional), ANTRA e Portal Direito ao Nome (@portaldireitoaonome), de que é impossível existir um LGB sem T.

A publicação foi realizada originalmente pela Associação Baiana de Travestis, Transexuais e Transgêneros em Ação da Bahia - ATRAÇÃO para impulsionar a campanha “É impossível LGB sem T” e como parte do Curso Narrativas em Disputa. Em caráter de denúncia, utilizando recursos sonoros e visuais que dão um tom de gravidade ao vídeo, a publicação traz falas de diferentes ativistas trans* para destacar que o próprio movimento LGBTQIA+ têm sua gênese relacionada à luta de ativistas trans. Essa menção retoma a discussão sobre o papel de ativistas como Marsha P. Johnson na Revolta de Stonewall, tida como um dos marcos no estabelecimento de um movimento LGBTQIA+ organizado.

Essa mesma referência é acionada na publicação de Math Vidal¹², que parte da notícia “Gays, lésbicas e bissexuais criam aliança própria e questionam foco em identidade de gênero” para reafirmar que as conquistas e direitos de pessoas LGBTQIA+ não teriam avançado tanto se não fossem as travestis, as pessoas trans* e as pessoas negras na militância. Em tom de brincadeira e de alarme, o influenciador satiriza as “mãozinhas dadas” (sic) e o fato de que o movimento LGBTQIA+ já exclui pessoas trans* sem nem mesmo se atentar para isso.

5. Parecerás-cis-e-ainda-assim-não-serás - um problema de categoria

Wittig (2022) chama atenção para a materialidade das consequências dos discursos dominantes, ressaltado aqui por nós o discurso cisnormativo, no sentido de considerar as violências materiais/físicas que eles imprimem sobre as pessoas. É pensar que o que aparenta ser uma violência abstrata propagada por publicações no Instagram por parte da Aliança LGB e da MATRIA, na realidade se converte em uma violência que incide também na materialidade dos corpos trans*. As imagens que inundam nossas telas, seja de falsas denúncias de mulheres trans* que ameaçam a segurança de mulheres e crianças em banheiros, vestiários e provadores de roupas, a propagação da ideia de travestis que silenciam

¹¹ Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/DQIDO3bkrMc/?igsh=OWRyaDk5MHc4Yjg4>>. Acesso em: 10 dez. 2025.

¹² Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/DPAD5giDfcy/?igsh=MW5jYThsMHIranJycw==>>. Acesso em: 10 dez. 2025.

e violentam as militantes da MATRIA em conferências públicas, configuram uma proposta de leitura de mundo a partir de seus signos assentados em um fundamento comum: a ilegitimidade da existência de pessoas trans* e os riscos que elas representam para as mulheres cis e as crianças. Tal discurso exerce um efeito real sobre a vida das pessoas trans*, à medida em que as desumaniza, humilha, deslegitima e persegue.

Tendo em vista a disputa pelas categorias de sexo, gênero e sexualidade que se configuram, alguns apontamentos se fazem necessários. Se Monique Wittig chama de pensamento hétero os "conceitos primitivos de um conglomerado de todo tipo de disciplinas, teorias e ideias atuais" (Wittig, 2022, p.61) que sustenta a engrenagem heterossexual da existência, tal compreensão pode nos ajudar a entender também o que regeira o Ocidente em uma espécie de pensamento cis. Em sua pretensão de se configurar como uma realidade material irrefutável, como uma condição óbvia e anterior a qualquer construção social e científica, o pensamento cis também desenvolveria "uma interpretação totalizante da história, da realidade social, da cultura, da linguagem e de todos os fenômenos subjetivos ao mesmo tempo" (Wittig, 2022, p.62). Da mesma forma, a cisnormatividade se constitui como uma construção violenta e opressora, que busca universalizar suas categorias como leis gerais que devem constranger toda a lógica de vida de todos os grupos sociais e de todas as pessoas em sua individualidade.

As categorias binárias de homem/mulher, feminilidade/masculinidade e a própria noção de sexo como condição material e inquestionável que fundamenta toda a organização do social são pleiteados como sentidos absolutos quando, na realidade, são também construções sociais de conceitos que fundamentam um pensamento estruturante da cisnormatividade. Dessa maneira, a consequência mais grave dessa ofensiva cisnormativa que busca universalizar tudo, incluindo os corpos trans*, é não conceber uma realidade, uma cultura e uma sociedade em que a cisgeneridade não "ordene não só todas as relações humanas, mas também sua própria produção de conceitos e todos os processos que fogem do consciente" (Wittig, 2022, p.62). Assim, a retórica insidiosa da cisnormatividade se assenta em imaginários, mitos e ficções romantizadas, que adaptando a propostas de Wittig de *serás-hetero-ou-não-serás*, resulta, por exemplo, no referencial de passabilidade, que pode ser resumido em *parecerás-cis-ou-não-serás*. Tal dinâmica é tão traiçoeira, que ao mesmo tempo em que o referencial binário de passabilidade incide sobre os corpos, inconsciente e sonhos de futuro de pessoas trans*, as condena à ilegitimidade permanente. Não importa o

quão passável é uma pessoa trans, nem quantas modificações corporais ela realizou na busca pelo referencial de feminilidade e masculinidade cis, ela nunca será, o que nos permite ainda mais uma adaptação da proposição de Wittig: *parecerás-cis-e-ainda-assim-não-serás*. Porque a cisgeneridade é questionável tanto ou mais que as transidentidades*, já que se pessoas trans não existem, pessoas cis também não poderão existir, como demonstrado na recente polêmica com a atriz Bruna Marquezine¹³.

Ou seja, no contexto da epistemologia da diferença sexual associado ao patriarcado cis-heterocolonial, enquanto forem as categorias cis as referências das vidas trans*, a desumanização seguirá como condição. Corpos travestis, não binários, *queer*, Hijras, Muxes, Wakatanes, dentre uma infinidade de possibilidades espalhados pelo mundo, (r)existem ao longo da história, mas não podem ser apreendidas pelo cisnormatividade, ou quando a são, são lidas pela epistemologia cis binária.

Quando observamos perfis como o da ANTRA, do Atração Bahia ou do influenciador Math Vidal, percebemos que o Instagram se alimenta de discursos de ódio, mas também representa uma possibilidade para que as pessoas trans* tensionem tais conhecimentos, categorias e falem por si e sobre si e, sobretudo, disputem a possibilidade de produzir uma transformação de conceitos e categorias que sustentam a cisnormatividade e, consequentemente, as relações de opressão com os outros dessa gramática.

¹³ Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/DTS0br8jZOV/>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

Referências

- ABRIL, Gonzalo. **Análisis crítico de textos visuales**. Madrid: Editorial Síntesis, 2007.
- ABRIL, Gonzalo. Tres dimensiones del texto y de la cultura visual. IC – **Revista de Información y Comunicación**. 2012, v.9, pp.15-35.
- BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. Sobre a (in)capacidade do direito de lidar com a gramática da diversidade de gênero. *Revista Jurídica da Presidência*. Brasília, v.18, n.116, p.481-506, 2017.
- BENTES, A. **MediaLab UFRJ » Quase um tique: economia da atenção, vigilância e espetáculo a partir do Instagram**. 19 jun. 2018. Disponível em: <<http://medialabufrj.net/projetos/quase-um-tique-economia-da-atencao-vigilancia-e-espetaculo-a-partir-do-instagram>>. Acesso em: 1 jun. 2020.
- BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologias e subjetividade**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.
- BUTLER, Judith. **Quem tem medo de gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.
- BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do sexo**. São Paulo: N-1 edições, 2020.
- HALBERSTAM, Jack. **Trans: uma abordagem curta e curiosa sobre a variabilidade de gênero**. São Paulo: Editora Devires, 2023.
- IRINEU, Bruna Andrade. Entre feministas, há fogo amigo? Feminismos trans excludentes e ofensiva antigênero no Brasil. In: SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE, GÊNERO, SAÚDE E SUSTENTABILIDADE, 4., 2022, Campina Grande. Anais... Campina Grande: Realize, 2022. v. 8, p. 1-6.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Brasília: Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional - EDA/FBN, 2012.
- LEAL. Bruno Souza. Del texto en la comunicación: contornos de una línea de investigación. **Textualidades Mediáticas**. LEAL, B.; ALZAMORA, G.; CARVALHO, C. A (orgs.). Barcelona: Editorial UOC, 2017
- MACHADO, Maíke Stredr Ferreira; SANTOS, Cristiano Maciel dos; LEIVAS, Daniela Munhoz; SILVA, Michela Schluter da; REIS, Juliano Costa dos; HENZEL, Leonir Garcia. A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NA FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA NO BRASIL. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], p. 14-48, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/22163>. Acesso em: 22 fev. 2026.
- MATOS, Ana Clara Harmatiuk; SANTOS, Andressa Regina Bissoloti. O direito à existência civil de pessoas intersexuais: um questionamento do estatuto jurídico do gênero. In DIAS, Maria Berenice (Coord.); BARRETO, Fernanda Carvalho Leão (Org.). *Intersexo*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, p.81-103.
- MOTTER, Julianna Paz Japiassu. Como diferentes plataformas digitais têm (re)produzido as lesbianidades e sapatônicas? Uma análise sobre a colonialidade de dados nos processos de plataformação de gênero e sexualidades – dados eletrônicos. 2025.
- OYĚWŪMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- PEDRA, Caio Benevides; JORGE, Enrico Martins Poletti. SEXO BIOLÓGICO. In RAMOS, Marcelo Maciel; VALENTIN, Márcia Ribeiro da C.; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá (orgs). **Dicionário Jurídico do Gênero e da Sexualidade**. Salvador: Editora Devires, 2022, p.633-637.
- PRECIADO, Paul, B. **Eu sou o monstro que vos fala**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- PRADO ROCHA ROSA, Eli Bruno. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos PET-Filosofia**, [S. l.], v. 18, n. 2, 2020. DOI: 10.5380/petfilo.v18i2.68171. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/68171>. Acesso em: 23 fev. 2026.
- REIA, Joost; LEACH, R.; LI, S. **Trans digital rights: improving data visibility, privacy and belonging for gender-diverse communities**. Digital Technology for Democracy Lab, University of Virginia, 2025.



35º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS 2026

Saberes ancestrais e novos horizontes da pesquisa em comunicação
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) | Natal/RN
9 a 13 de Junho de 2026

compós

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas** – Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 5, 27 nov. 2012.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Marijke. **The platform society**. New York: Oxford University Press, 2018.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.